

CRÓNICA INCISIVA

ODE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS - 6º ENCONTRO APOMED-SP



Mónica Pereira Lourenço.

O encontro é a única coisa que nos salva da inércia. São sonhos que se multiplicam, porque se partilham. Há quem acredite na entropia, no caos. Depois, há o encontro, que nos prova sucessivamente que algures o Universo tende à harmonia. Que algures, no meio do caos, há uma ordem rebelde que nos domina.

Nunca tive um verdadeiro vínculo ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). Trabalhei sempre a recibos verdes através de empresa intermediária, contudo, desde 2019, não tenho perdido nenhum encontro da Associação Portuguesa dos Médicos Dentistas dos Serviços Públicos (APOMED-SP).

Facto é que, um encontro que há uns anos juntava poucas dezenas de colegas, uniu, de 1 a 3 de Junho, em Espinho, centenas de colegas, jornalistas e convidados de honra. Hoje, já toda a gente sabe que existem médicos dentistas nos serviços públicos, a classe política reconhece a urgência de integrá-los em condições e o nosso Bastonário não perde uma oportunidade para relembrar a importância destes profissionais para a população, apesar de representarem apenas 1,5% da classe, que exerce sobretudo no privado.

Segundo o Estudo aos Jovens Médicos Dentistas, publicado pela Ordem dos Médicos Dentistas, em 2022, quase 90% dos jovens até 35 anos colocados em centros de saúde ou hospitais públicos estão contratados a recibos verdes, metade destes (48,9%), através de empresas. Os poucos que têm contrato estão integrados como técnicos superiores do regime geral, um cargo de natureza administrativa. Na prática, nos serviços públicos, a totalidade dos jovens médicos dentistas, segundo o inquérito, está contratada de forma irregular.

Apesar de, mais do que nunca, querer emprestar o espírito a esta mudança, decidi passar a prestar serviços fora de Portugal. No entanto, a minha admiração pelos colegas que ficam nos serviços aumentou. A coragem que têm para ficar é tanta como aquela que é precisa para sair.

Não precisamos de quebrar uma parede inteira. Precisamos de partir pedra suficiente para que ela comece a ruir. É essa a importância deste encontro anual.

Decidi entrevistar alguns rostos deste encontro, para que também os leitores entendam o que nos une, com destaque ao Prof. Dr. Manuel Nunes, presidente da APOMED-SP.

Um agradecimento ao meu jovem colega António da Costa, em nome de toda a comissão organizadora, que organizou um evento que nos orgulha e inspira a continuar.

Que se siga o exemplo da Madeira e que a carreira chegue depressa, como prometido na cerimónia de abertura pela Dra. Margarida Tavares, Secretária de Estado da Promoção da Saúde.



Prof. Manuel Nunes,

Presidente e fundador da APOMED-SP, membro do Conselho Diretivo da Ordem dos Médicos Dentistas e Coordenador da Unidade de Saúde Oral da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB)

Quais foram os maiores desafios enfrentados ao lutar pela carreira dos médicos dentistas no SNS, em Portugal?

Para não me alongar muito em conversas, vou tentar ser sucinto, o que constituirá uma novidade, mesmo para mim, quando abordo este assunto. Elenco alguns pontos que apenas refletem a minha opinião e a opinião de mais uns quantos colegas que se preocupam com este tema:

- a) Falta de interesse e de vontade política (o Povo é sereno e nós não temos, em termos de número, representatividade e força política). Conseguirmo-nos sentar à mesa com quem pode fazer alguma coisa para mudar o rumo em que nos encontramos é uma tarefa hercúlea, se não mesmo uma missão impossível. Ressalve-se o que parece ser, neste momento e uma vez mais, a abertura concedida pelo Diretor Executivo, CEO, do SNS.
- b) Falta de literacia em saúde oral do Povo e dos governantes ou dirigentes. Falam muito, mas a maioria apenas reproduz a cartilha, seja ela qual for. Repare-se que Alma-Ata data de 1978 e ainda não foi cumprida neste país.
- c) Interesses corporativos.

Quais os nomes fundadores da APOMED-SP?

Tal como consta dos Estatutos: Manuel Nunes; Frias Bulhosa; Ricardo Cabral; Fátima Agripina; Maria Miguel; Inês Filipe Guerra; Joana Ribeiro; Cheila Rosa e Pedro Rodrigues.

Quais foram as principais tentativas/missivas elaboradas pela APOMED-SP e que resultados lhe trouxeram mais satisfação pessoal?

Tentativas foram muitas. Satisfatórias, foram muito poucas. Devo dizer que desde o tempo em que foi Ministro da Saúde o Dr. Luís Filipe Pereira, não parei de chatear Ministros e Secretários de Estado da Saúde, líderes parlamentares e respetivos partidos, Comissões Parlamentares, Provedoria de Justiça, Ministério Público, Entidade Reguladora da Saúde, Presidentes da República e da Assembleia da República,

Autoridade para as Condições de Trabalho e todas as entidades que eu pensasse que, eventualmente, poderiam ter alguma participação na resolução do problema dos médicos dentistas do setor público. Só fiz uma pausa quando fomos “invadidos” pela Troika. Quando surgiu a APOMED-SP passei a fazer isto tudo, de novo, mas em nome da associação. Fomos ouvidos pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda. Apenas um Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que agora é o Diretor Executivo do SNS, nos demonstrou ter interesse em que a situação se resolvesse – falo do Prof. Fernando Araújo. Foi também o único que nos sentou à mesa das negociações com resultados que são públicos.

Se só pudesse dizer uma coisa ao Dr. Manuel Pizarro, o que lhe diria? E uma inconfidência, como sabemos que de vez em quando o vê, já teve oportunidade de lhe dizer isso pessoalmente?

De vez em quando vejo o Sr. Ministro, mas em situações protocolares. Foi meu contemporâneo de faculdade, tal como o foi o Prof. Fernando Araújo, temos amigos comuns, mas isso não implica qualquer relacionamento pessoal, como também o não implica com muitos outros que passaram ao mesmo tempo que eu pelos mesmos bancos escolares. Os parcos contactos que tenho são, como disse, meramente protocolares, em situações oficiais. Mas não deixa de ser interessante lembrar uma conversa “à parte” que tive com o atual Ministro da Saúde, em 2010 (já lá vão uns anos). Dizia-lhe eu que já tinha perdido a esperança de algum dia ter carreira ou então, se a chegasse a ter, seria na reforma ou a título póstumo. Retorquiu-me que eu andava a pensar trabalhar pouco tempo ou andava a pensar morrer cedo ao que eu me senti obrigado a responder que os políticos funcionavam devagar, devagarinho ou parados. Não pareceu ter ficado satisfeito, mas, afinal, estamos em 2023, já lá vão 13 anos, a minha reforma está mais próxima e tudo continua na mesma.



Joana Ribeiro,
Membro dos órgãos sociais da APOMED-SP, Representante da Região Autónoma dos Açores (RAA) do Conselho Diretivo da Ordem dos Médicos Dentistas e médica dentista na Unidade de Saúde da Ilha Terceira

Como foi o seu percurso?

A precariedade laboral que sofri no início da minha carreira, principalmente os ordenados em atraso, assustaram-me no exercício exclusivamente no setor privado, por isso

vi como uma oportunidade a suposta segurança do setor público. Até entrar para o “quadro” da minha instituição, durante 9 anos, fui precária do Estado com um contrato a termo incerto, integrada numa carreira sem conteúdo funcional clínico, embora exercendo clínica. Ainda assim, estava melhor do que os colegas avançados a recibos verdes, que são a maioria dos que atualmente exercem no SNS. Desde cedo luto pelo respeito que entidades públicas e privadas devem ter para com os profissionais que diariamente lá trabalham!

Qual o momento alto deste encontro?

Durante o discurso do António, presidente da Comissão Organizadora deste Encontro, ao ver a plateia repleta de colegas e de representantes de entidades relevantes para a medicina dentária pública, confesso que me comovi muito. Em 2016 estive presente em Aveiro no 1.º Encontro dos Médicos Dentistas dos Serviços Públicos, éramos tão poucos e mal nos conhecíamos. Quando cada um falou sobre o seu percurso no serviço público, nas suas condições de exercício e vencimento, percebemos as diferenças abismais que ainda se mantêm no nosso país e que, em alguns casos, se verificam até dentro da mesma Administração Regional de Saúde (ARS), quanto mais se pensarmos nos serviços regionais de saúde e outros serviços públicos onde se exerce medicina dentária não tutelada diretamente pelo Ministério da Saúde, tal como os serviços tutelados pelo Ministério da Defesa, da Administração Interna e da Justiça. Percebemos que só unidos poderíamos ter voz e, em 2018, no 3º Encontro em Castelo Branco, fundámos a APOMED-SP, que nos trouxe até aqui e que continuará a lutar pela dignificação da medicina dentária exercida nos serviços públicos.



Elisa Laranjo,
Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) Douro Sul (Anteriormente no Sistema Regional de Saúde dos Açores)

Como foi o seu percurso?

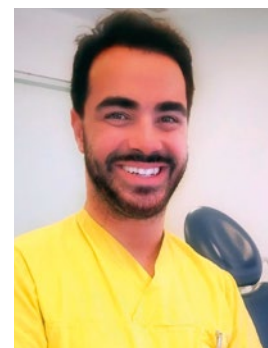
Comecei em 2007 no SRS dos Açores, no Pico, após ver uma oportunidade de concurso público num jornal nacional. Em 2009 existiu possibilidade de ir para São Miguel e mudei de ilha. Desde 2018, por mobilidade, estou a trabalhar no ACeS Douro Sul. Era esse o meu objetivo desde início, voltar às origens. Sou natural de Lamego. Para além da consulta de medicina dentária, já desempenhei a função de coor-

denadora da Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) Douro Sul durante três anos e sou interlocutora local do Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA). O meu vínculo é um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira de técnico superior, como alguns colegas mais velhos.

Inicialmente causou-me estranheza estar inserida numa carreira administrativa, ao lado de profissionais que não são da área da saúde. Mas os colegas a exercer no SNS, posteriormente ao projeto piloto, vivem uma situação profissional ainda pior, em precariedade, muitos, através de intermediação de empresas de recrutamento.

O que o continente pode aprender com o SRS Açores?

Os médicos dentistas integram também as equipas de saúde escolar e têm programas implementados de promoção e rastreio - como o Programa de Intervenção ao Cancro na Cavidade Oral dos Açores (PICCOA). Assisti a um grande progresso na região, que passou a apresentar uns dos melhores indicadores de saúde oral do país.



João Teixeira,
Centro de Saúde do Bom Jesus e Hospital Nélio Mendonça, Sistema Regional de Saúde da Madeira

Como é trabalhar nos serviços públicos da RAM?

É desafiante, devido às condicionantes do sistema público de saúde. No entanto, temos um serviço bem oleado, com uma total ligação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares e também da medicina dentária com as outras especialidades médicas.

O que o continente pode aprender com o SRS da Madeira?

Podiam legislar a carreira de medicina dentária como nós a temos. Podiam também reestruturar as entidades gestoras, de modo a que não haja tantas frentes a remar para lados diferentes. Só assim há possibilidade de fazer uma ponte entre os vários cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares e até mesmo com a rede de cuidados continuados.

Pontos positivos

Gosto muito da possibilidade de trabalhar em várias áreas muito distintas como a medicina dentária dos cuidados de

saúde primários, a medicina dentária preventiva e comunitária quando vamos às escolas, lares e diversas instituições, a medicina de urgência, quando trabalho no serviço de urgência e a medicina dentária hospitalar quando vamos ao bloco.

Pontos negativos

A menor disponibilidade que temos para dar continuidade a tratamentos que requerem consultas com intervalos curtos de tempo



Mara Cleyci,

Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) Oeste Norte

Como foi o seu percurso?

Formei-me em 2016 e fui médica dentista durante um ano no Brasil. Fiz equivalência na faculdade Fernando Pessoa. Entretanto, enviei currículo para a empresa de recrutamento Precise através de um site e um ano depois fui chamada para exercer em Peniche e Alcobaça. Em Peniche faltavam coisas para iniciar consultas. Os médicos de família ainda não realizavam a referenciação para a consulta de medicina dentária e o centro de saúde já tinha sido inaugurado, mas faltava material. A Nazaré estava pronta e então fui enviada para lá, em vez de ir para Peniche. O serviço da Nazaré começou há um ano, e temos evoluído aos poucos. Começámos com um paciente só, já são mais de 100.

Pontos positivos

Gosto muito do serviço público, de trabalhar com promoção de saúde, estar no meio do povo, dar indicações de como escovar os dentes e que instrumentos utilizar. Sinto muita gratidão, porque mudamos a auto-estima das pessoas.

Pontos negativos

Desvalorização, a forma como somos tratados pelas entidades superiores. Lidamos com coisas no dia-a-dia muito duras e não somos bem tratados, um pouco como os professores da área pública.

O que mudaria no SNS?

O modo de pensar das estruturas que nos acolhem. Achar tudo fácil mesmo quando não há condições. Temos de ter

médicos dentistas na hierarquia, no poder, na coordenação, para sermos mais compreendidos.



Nuno Silva,

Tenente-Coronel da Força Aérea Portuguesa e médico dentista no Hospital das Forças Armadas de Lisboa

Como foi o seu percurso nos serviços militares de medicina dentária?

Quando era estudante, no sexto ano da faculdade, era obrigatório ir à inspeção. Aos 18 anos dava-se o nome. No fim do curso, podíamos pedir mais um ou dois anos de adiamento. Eu pedi antecipação porque não queria parar depois mais tarde, quando já estivesse a trabalhar numa clínica. Lembro-me que terminei o curso numa sexta-feira, fui à secretaria e em dez minutos tinha o certificado de habilitação nas mãos. Recebi a guia de marcha e apresentei-me na segunda-feira seguinte para o serviço militar obrigatório. Cumpri o serviço militar obrigatório em Évora.

Após o serviço obrigatório, havia uma parte que era incorporada no exército, para servir os outros militares. Arquitetos, juristas, psicólogos, médicos, médicos dentistas e enfermeiros ficavam nessa reserva territorial. Quando terminou o serviço militar obrigatório, foi substituído pelo serviço voluntário. As Forças Armadas ofereciam regime de contrato ou quadro permanente e precisavam de apoio na área da saúde. Fiquei.

O grande movimento de médicos dentistas portugueses no serviço militar foi no final dos anos 90, através da ONU, para dar apoio sanitário na guerra civil em Angola. Passámos pela guerra do Líbano, depois Bósnia e Kosovo, Iraque e, atualmente, temos forças armadas a cobrir espaços aéreos na Roménia, Países Bálticos e Suécia.

Ficámos de prevenção quando foi a guerra na Ucrânia, mas não fui convocado.

Quais as particularidades do serviço de medicina dentária militar? O que o SNS pode aprender convosco?

Somos um serviço altamente especializado e específico, totalmente integrado. Existe uma carreira e ligação hospitalar a todas as outras especialidades. Se o paciente tem um problema sanguíneo, comunicamos com a Imunohemoterapia. Pacientes da oncologia, classificados com ASA 3 ou 4, ou que fazem bisfosfonatos na reumatologia, só avançam para tratamento ou cirurgia após passar pela consulta de medicina dentária.

Realizamos ainda rastreios de cancro oral, a nível nacional, a todos os militares. Só as lesões malignas é que seguem para os serviços centrais, como o Instituto Português de Oncologia (IPO). Já fizemos 150 biópsias este ano. Rastreamos, só no meu serviço, cerca de 800 colegas anualmente. Observamos os doentes de risco e depois, nas inspeções periódicas, é sempre feito o rastreio outra vez.

O que mudaria no SNS?

Reorganizaria a estrutura. Colocaria médicos dentistas com capacidade de rastreio em todos os centros de saúde, nos cuidados de saúde primários, a trabalhar com hospitais de referência distrital onde o profissional sabe para onde encaminhar, em caso de necessidade. Todos os hospitais de capitais de distrito tinham de ter um serviço completo de medicina dentária e, o que não conseguissem resolver, seguiria para IPO ou cirurgia de cabeça e pescoço em Coimbra, Lisboa ou Porto.



Sara Filipe,

Estudante finalista do Mestrado Integrado em Medicina Dentária da Universidade de Coimbra e Presidente da Associação Nacional de Estudantes de Medicina Dentária (ANEMD)

Trabalharia no SNS ao terminar o curso? Acha que os estudantes se imaginam a exercer nos Serviços Públicos?

Provavelmente não. Sinto que não somos muito orientados na formação para saúde pública e medicina dentária preventiva.

Tenho a sorte de ter esse contacto por estar na faculdade de Coimbra, mas, para dar uma resposta, tenho de pensar em todas as escolas a nível nacional.

Quatro das sete escolas são privadas. Das três públicas, duas funcionam em regime privado, sendo que os pacientes continuam a pagar consultas. Em Coimbra não, apenas se paga o trabalho de laboratório.

Segundo os próprios alunos, as escolas não os formatam a pensar no serviço público como uma possibilidade. Mesmo dentro da escola pública.

A formação é muito sobre prótese fixa, removível, tudo atos clínicos que se fazem no privado. Não é esse o foco do SNS.

Se só pudesse aplicar uma medida para a saúde oral em Portugal, qual seria?

Cheque-dentista mais universal, para toda a gente, mais abrangente. Responder com números cada vez maiores à pergunta "A quem conseguimos chegar?". ■